

PENAMACOR

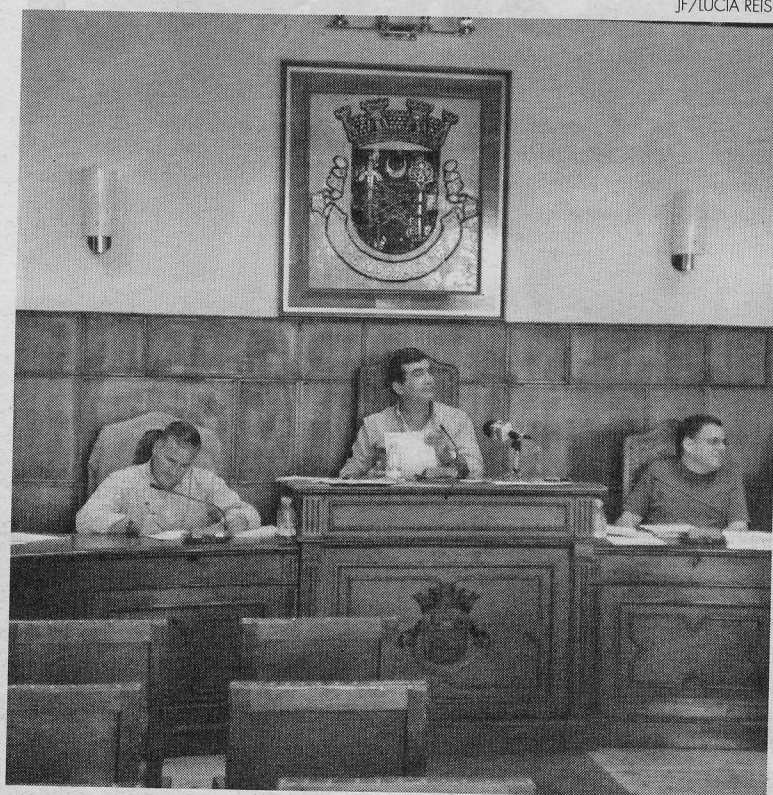
Empresário acusa Câmara de discriminação nas obras

■ **Empresário da construção civil que mantém 80 postos de trabalho foi à sessão pública queixar-se de estar a ser alvo de “discriminação” por parte da Câmara**

Lúcia Reis - JF

UM EMPRESÁRIO do ramo da construção civil foi à última sessão pública queixar-se de estar a ser alvo de discriminação por parte da Câmara. “Eu não quero mais do que os outros, mas ou nos dão as mesmas oportunidades que aos outros ou teremos de procurar outros caminhos”, afirmou Manuel Augusto, da Eirinhas Construções, que possui cerca de 80 postos de trabalho, referindo-se, a propósito, a uma empreitada em Vale da Sra. da Póvoa. “O presidente da Junta disse-me que o sr. presidente da Câmara não autoriza que seja a Eirinhas Construções a realizar as obras”, afirmou o empresário considerando que tem sido “prejudicado e marginalizado” pela Câmara. Quis saber quais são os critérios para adjudicação das obras e queixou-se também de atrasos nos pagamentos (factoring), “o que nos causa muitos transtornos”.

Respondeu-lhe Domingos Torrão, garantindo que “ainda não há decisão” relativamente à obra em causa e que “nunca houve qualquer intenção de discriminar seja quem for”. Recordou que as empresas têm “alvarás diferentes e que a nova legislação da contratação pública encaminha precisamente para os concursos públicos. Admitiu, no entanto, “que tem havido algum atraso nos pagamentos”, mas explicou que “estamos em condições de resolver rapidamente essa situação”.



Divergências continuam nas sessões públicas da Câmara de Penamacor

“Tenham vergonha!”

Na sequência da intervenção do empresário, o vereador Vítor Gabriel ainda quis usar da palavra, mas o presidente não permitiu, como, aliás, já acontecera no decorrer da reunião, alegando que o vereador apenas podia usar da palavra no período de antes da ordem do dia. “É uma vergonha aquilo que está a acontecer em Penamacor” disse Vítor Gabriel, no meio de mais uma divergência com o presidente da Câmara. Recorde-se que na anterior sessão pública, Do-

migos Torrão foi confrontado com as críticas de um munícipe que o acusou de estar a discriminar uma das duas farmácias da vila relativamente ao fornecimento de medicamentos para o Lar D. Bárbara. Nesta reunião, a oposição alertou para as alegadas dificuldades que algumas Juntas estarão a viver devido ao atraso na transferência de verbas destinadas às obras. Vítor Gabriel falou, inclusivamente, num caso em que os membros da Junta terão inclusivamente chegado a ponderar a demissão em bloco.

Queixas voltou a oposição a fazer relativamente a requerimentos que continuam sem resposta meses depois se terem sido apresentados. Vítor Gabriel pretendia saber quanto é que já se pagou a advogados em processos em que a autarquia esteve envolvida. Voltou a ficar sem resposta.

Investigação

A investigação da Judiciária à Câmara foi outra vez abordada nesta sessão, com a oposição a perguntar se havia desenvolvimento do caso. “Continuamos a aguardar serenamente os resultados”, reafirmou Domingos Torrão, insistindo que a investigação diz respeito a acontecimentos anteriores à sua chegada à presidência e ao período em que já não exercia funções de vice-presidente. “Como se explica então que tenham sido ouvidas pessoas que em 2001 não trabalhavam na Câmara e que a Judiciária tenha levado um computador que à data nem sequer existia?”, perguntou Vítor Gabriel. Respondeu-lhe António Cabanas, dizendo que a oposição sabe “quem foi o denunciante”. O vice-presidente referiu-se, depois, ao relatório da inspeção realizada pela IGAL à Câmara para sublinhar que não foram apuradas irregularidades.

A oposição acusou Cabanas de estar a violar o compromisso assumido no sentido de as conclusões preliminares do relatório não serem, por enquanto, divulgadas e solicitou que o assunto ficasse em acta.